

## AMAZÔNIA

*A redução do desmatamento é resultado do bom trabalho da área ambiental do governo?*

**SIM**

# CONJUGAÇÃO DE FATORES

Eduardo de Souza Martins

Uma conjugação de fatores levou à redução da taxa de desflorestamento da Amazônia nos dois últimos anos. Mas, com toda a certeza, a intervenção do governo federal foi preponderante para que o resultado se efetivasse. Tão logo retomou e atualizou o monitoramento da cobertura florestal (que estava paralisado havia cinco anos) e verificou o avanço sobre a floresta, o governo Fernando Henrique Cardoso tomou medidas fortes, que, diga-se, lhe acarretaram certo ônus político.

É importante salientar que o período do monitoramento da taxa de desflorestamento cobre 12 meses, a partir de agosto de cada ano. Assim, quando foi verificado o aumento do desflorestamento nos períodos 94/95 e 95/96, tomaram-se medidas que resultaram na queda em 96/97.

Como ação de ordenamento, a emissão da Medida Provisória nº

1.511 foi a de maior impacto, uma vez que reduziu de 50% para 20% a área de corte raso em propriedades na Amazônia. A edição do Decreto nº 1.963, que determina a moratória do mogno em vista da grande pressão de consumo sobre a espécie, também contribuiu para os resultados.

A intensificação das ações de controle e fiscalização foi outro instrumento que o governo utilizou de forma competente sobretudo nos últimos dois anos. Foram introduzidas novas tecnologias para a racionalização do processo de análise de autorizações e de fiscalização da atividade madeireira na Amazônia, o que proporcionou, por exemplo, proceder-se à suspensão e ao cancelamento de 70% dos planos de manejo.

Ainda no que se refere à fiscalização, a utilização de sistemas sofisticados de satélite, de sensor aerotransportado, de produtos do geoprocessamento e instrumentos de localização em campo,

contribuiu em muito para que o Ibama, juntamente com parceiros já tradicionais de ações de fiscalização, fizesse um trabalho muito mais efetivo.

Os resultados comprovam: em 1997 foram apreendidos 710 mil metros cúbicos de madeira na Operação Macaúã, o que levou à inibição de outro tanto de ilegalidade, de difícil aferição. A participação dos veículos de comunicação, que deram total cobertura aos trabalhos, contribuiu para que alguns possíveis infratores não se aventurassem ao risco da ilegalidade.

Isso demonstra que a ação do governo federal contribuiu em muito para a redução das taxas divulgadas. Entretanto, os dados hoje disponíveis, embora acusem redução drástica do desflorestamento da Amazônia, não são absolutamente confortáveis. O governo entende que muito ainda tem que ser feito para que as ações possam consolidar-se em um processo de reversão do quadro de exploração de-

sordenada que aí está. E está agindo.

Novas medidas serão editadas, além do comprometimento de destinar maiores recursos para a melhoria do controle. Pode-se citar o decreto que regulamenta o controle e manejo das queimadas; a readequação dos critérios ambientais para a classificação dos imóveis rurais para efeito de desapropriação; o plano de desenvolvimento agrícola para reconversão das áreas degradadas na Amazônia; o projeto de lei das concessões florestais, o decreto que institui o Programa de Florestas Nacionais (já editado) e o decreto regulamentador do manejo sustentável na Amazônia.

Vale ressaltar, ainda, que a ação será reforçada com a contribuição do Congresso Nacional, que acaba de aprovar a Lei dos Crimes Ambientais, instrumento indispensável para maior eficiência e eficácia do controle.

■ Eduardo de Souza Martins é presidente do Ibama

**NÃO**

# ASSANHAMENTO INDEVIDO

Maristela Bernardo

Vamos direto ao que interessa, para aproveitar bem o espaço que o CB dedica à discussão do significado dos recentes dados apresentados pelo governo sobre a evolução do desmatamento na Amazônia. Um excelente artigo de Roberto Smeraldi, publicado na quarta-feira nas páginas de Opinião deste jornal, dispensa maiores explicações, aqui, sobre a real decodificação dos números que o governo tentou apresentar como se fossem "bons resultados" — como disse o ministro Krause, do Meio Ambiente — ou configurassem uma "situação relativamente confortável", nas palavras otimistas do também ministro Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia.

Não é verdade. É ineditamente ruim, neste momento, a situação do desflorestamento da Amazônia, tanto em termos acumulados quanto naqueles que ficam na conta intransferível do atual governo. E é impensável que as autoridades não saibam

disso. Então, por que a tentativa de festinha com os números? Por que o assanhamento indevido, como se, em primeiro lugar, estivéssemos diante de algo bom; e, em segundo lugar, como se isso fosse fruto da correta e consciente aplicação de uma política ambiental feita para "chegar lá"?

Os números mostram um desastre. E, antes que algum leal funcionário venha tentar desqualificar e dizer que essa reação é "coisa de ONG, de ecologista radical", aviso que me refiro a um desastre anterior ao da queda da floresta, cuja manutenção faz um enorme sentido econômico, social e estratégico, além do ecológico, como todos sabem. Trata-se do desastre da leviandade governamental na área de meio ambiente, que está chegando a níveis insuportáveis. E que se revela continuamente por uma tática de Poliana, que consiste em bater palminhas, caprichar nos efeitos especiais e tentar fazer o país acreditar, no gogó, que existe um Ministério do Meio Ambiente, que existe uma política

ambiental coerente, consistente, consciente e previdente.

Jamais cometeria a injustiça de não reconhecer esforços e resultados tópicos. Mas o que interessa, como perspectiva de futuro e como indicador de credibilidade do governo nessa temática, é analisar qual a prioridade política que a questão ambiental recebe de fato.

A realidade foi, em parte, exposta numa entrevista à Veja (2/7/97) dada pelo presidente do Ibama, Eduardo Martins. Ele afirma que o país não tem "propriamente uma política ambiental", mas "um esboço", que o Ministério do Meio Ambiente precisa ser reorganizado, porque irrigação "não tem nada a ver com política ambiental", e que na falta de maior clareza sobre o que quer em termos de meio ambiente, o "Brasil fica apenas reagindo às pressões externas". E diz também que a floresta Amazônica e a devastação florestal não são o nosso principal problema ambiental. As ONGs e a pressão externa, segundo ele, levam "as

pessoas a achar que o desmatamento é o nosso maior problema".

Se o presidente do Ibama, o principal executivo da área ambiental do país pensa assim, deve-se concluir que a importância estelar que o governo confere à Amazônia no discurso, nas aparições internacionais do presidente da República, nos pacotes ecológico-florestais e nos rituais de apresentação de "bons resultados" (como aconteceu no IN-PE) não passe de conversa fiada, para ingleses e outros parceiros-do-primeiro-mundo verem. Ou seja, é preciso parecer que se dá importância, o que confere lógica à elaboração de pacotes virtuais (como o que foi apresentado juntamente com os dados sobre desmatamento), a belas medidas provisórias e a outras atitudes isoladas que nunca são acompanhadas de recursos, de condições de implementação pra valer e de valorização político-institucional.

■ Maristela Bernardo, jornalista, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB)